

O QUE É ESSE TEMA?

A Certificação Sanitária de Portos e Aeroportos é uma forma de atestar o cumprimento de requisitos sanitários nos terminais portuários e aeroportuários (Pontos de Entrada).

As equipes da Anvisa nos pontos de entrada (aeroportos e portos com fluxo internacional de cargas e passageiros) realizam inspeções regulares nas instalações e nos prestadores de serviços, avaliando, por exemplo, os sistemas de abastecimento de água para consumo, controle de vetores, serviço de limpeza e desinfecção, entre outros.

A Anvisa também avalia a capacidade de resposta a situações de emergência de saúde pública, como em uma pandemia de gripe, por exemplo.

A atuação da Anvisa em portos e aeroportos se dá conforme diretrizes estabelecidas pelo Regulamento Sanitário Internacional e pelo Ministério da Saúde.

O trabalho da Anvisa nos portos e aeroportos visa prevenir e minimizar riscos relacionados à disseminação de doenças infectocontagiosas decorrentes do trânsito de pessoas e à utilização de serviços de interesse em vigilância sanitária.

Conheça mais sobre as normas relacionadas ao tema acessando a [Biblioteca Temática de Portos, Aeroportos e Fronteiras](#).

POR QUE ESTÁ NA AGENDA REGULATÓRIA?

- Atualmente os resultados da atividade de fiscalização da Anvisa nos terminais aeroportuários e portuários não estão disponíveis para a população. A certificação daria transparência da situação sanitária em que se encontram os terminais.
- A falta de regramento para avaliações periódicas e certificação dos pontos de entrada, pode comprometer a qualificação dos serviços sujeitos à vigilância sanitária nos terminais, principalmente nos portos e aeroportos que não contam com presença de postos da Anvisa,
- Adicionalmente, a Anvisa não conta com instrumento regulatório para atender à Resolução ANAC nº 181, de 25/01/2011, que estabelece procedimento para que um aeroporto no Território Nacional seja considerado internacional.
- Necessidade de melhor preparar os terminais brasileiros para a eventual implementação da modalidade de certificação disposta no Regulamento Sanitário Internacional que prevê a possibilidade de certificação pela OMS de pontos de entrada (aeroportos e portos com fluxo internacional de cargas e passageiros).



PROCESSOS RELACIONADOS AO TEMA:

1. Processo ainda não iniciado

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

- Garantir o acesso seguro da população a produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.
- Aprimorar a qualidade regulatória em vigilância sanitária.
- Fortalecer a atuação internacional e o relacionamento com atores e parceiros estratégicos.

PROCESSO REGULATÓRIO: Internacionalização dos aeroportos brasileiros
NÚMERO DO PROCESSO: Ainda não há processo

RELATORIA: Sob a condução do Gerente-Geral ou equivalente

ÁREA RESPONSÁVEL: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras (GGPAF/GIMTV)

SITUAÇÃO: Não Iniciado

CONDIÇÃO PROCESSUAL: Ainda não definido



CALENDÁRIO REGULATÓRIO

(atividades previstas entre 1º trim. 2020 e 1º trim. 2021)

ABERTURA DO PROCESSO	ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR)	ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO REGULATÓRIO	CONCLUSÃO DO PROCESSO
Prevista para 1º trim 2021 (jan-mar)	Prevista para 1º trim 2021 (jan-mar)	Previsão não informada	Previsão não informada
		 Consulta Pública Previsão não informada	

DETALHAMENTO DO PROCESSO REGULATÓRIO

ETAPA	ATIVIDADE	STATUS/PREVISÃO	DETALHAMENTO
Abertura do Processo	Abertura do processo	Prevista para 1º trim 2021 (jan-mar)	
Análise de Impacto Regulatório (AIR)	Relatório de Análise de Impacto	Em andamento	As seguintes ações foram realizadas até o momento: <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de impacto para a perspectiva de abertura de um processo de regulação; • Projeto piloto: avaliação de 20 aeroportos para fins de internacionalização; • Avaliação de capacidade de resposta a eventos de saúde pública em portos e aeroportos; • Discussão do tema dentro do grupo técnico do CONAERO e elaboração de um Procedimento Operacional Padrão.
Elaboração de Instrumento Regulatório	Realização de Consulta Pública	Previsão não informada	
	Análise das contribuições recebidas em CP	Previsão não informada	
	Conclusão da proposta de minuta do instrumento regulatório	Previsão não informada	
Deliberação Final	Deliberação em Dicol	Previsão não informada	